

**HABEAS CORPUS Nº 548.744 - SP (2019/0357633-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BESSA YAMAMURA - SP247835  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KLERISON EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLERISON EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que ao paciente, no curso da execução de pena, foi indeferido o benefício do livramento condicional.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi julgado com a seguinte ementa (e-STJ fl. 42):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – Livramento condicional – Reincidente específico em crime de natureza hedionda - Tráfico de entorpecentes, ainda que privilegiado, é crime equiparado a hediondo - Vedação legal - Recurso desprovido.

Alega a defesa, no presente *writ*, que o crime de "tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei de Drogas) não é hediondo e, portanto, não gera reincidência específica em crime hediondo" e que, portanto, cabe a "concessão de livramento condicional" (e-STJ fl. 3).

Requer "seja dada procedência a pretensão impetrada no presente writ, reconhecendo a ilegalidade da decisão que considerou o delito anterior de tráfico privilegiado como crime hediondo, reformando a decisão recorrida a fim de se retificar o cálculo de pena, incluindo o cálculo para fins de livramento condicional" (e-STJ fl. 12).

Pede, ainda, "seja determinado expressamente que o juízo a quo observe o resultado deste writ em todos os processos de execução sob sua responsabilidade, respeitando-se a autoridade das decisões do STJ" (e-STJ fl. 12).

# Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da Execução, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator